

Processo: 300.424-9/22

Referência: Minutas de modelos para elaboração de ETPs e TRs pelas unidades requisitantes.

Data de elaboração: 31/07/2023

NOTA DE ATUALIZAÇÃO

Modificações e aprimoramentos promovidos nas minutas-padrão já aprovadas:

1 – Substituição da referência à Nota Técnica TCE-RJ nº 01/2015 nos modelos de Estudo Técnico Preliminar e dos Termo de Referência, em razão da publicação da Nota técnica SGE TCE-RJ nº 06/2023, que orienta os jurisdicionados do TCE-RJ acerca da realização do planejamento para aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação (TI) visando a atender ao princípio da economicidade.

2 – Inclusão das seguintes referências legais no item 4.1.2 do modelo de Estudo Técnico Preliminar e nas notas explicativas dos modelos de Termo de Referência:

- *Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;*
- *Instrução Normativa SEGES/ME 81/2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;*
- *Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;*
- *Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;*
- *Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;*

3 – Supressão das referências ao Ato Normativo TCE-RJ nº 181/2019, que disciplina, no âmbito deste Tribunal, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e ao Ato Normativo TCE-RJ nº 92/2007, que regulamenta do sistema de Registro de Preços também no âmbito deste Tribunal, sob o enfoque da Lei nº 8.666/93;

4 – Inclusão, no item 6.1.2 do modelo de Estudo Técnico Preliminar, de alerta quanto à necessidade de ser justificada a exigência de qualificação técnica e/ou econômico financeira para a efetivação da contratação, na forma prevista no inciso IX do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

5 - Inclusão da coluna **QUANTIDADE** no quadro apresentado no item 8 do modelo de Estudo Técnico Preliminar e atualização da nota explicativa correspondente, com a inclusão da seguinte informação:

- *Fonte de consulta de preços deve indicar como os preços foram obtidos (por exemplo: sítios na internet, painel de preços ou banco de preços praticados por outros órgãos, cotações de fornecedores, preço atualizado de contrato anterior, etc)*

6 - Inclusão dos itens 9.4.4 e 9.4.5 do modelo de Estudo Técnico Preliminar, que aborda a possibilidade parcelamento do objeto em razão do que dispõe o inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e a nota técnica.

7 – Inclusão do trecho **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** na designação do tópico **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** dos modelos de Termo de Referência

8 – Inserção da expressão “**excepcionalmente, de forma justificada**” nos itens dos modelos de Termo de Referência que tratam da possibilidade de ser exigida a apresentação de amostra ou prova de conceito, tal como no exemplo abaixo:

*A empresa classificada em primeiro lugar poderá, **excepcionalmente, de forma justificada**, ser instada pelo **TCE-RJ** a apresentar amostra do produto ofertado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto, no prazo máximo de **X (XX) dias úteis (adaptar o prazo ao caso concreto)** contados a partir da sua notificação, prorrogável uma vez, a critério do **TCE-RJ**.*

9 – Inserção no tópico que trata do **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO** dos modelos de Termo de Referência para a aquisição de bens de itens que segmentam os prazos de vigência do contrato de forma distinta, sendo um deles para o fornecimento dos bens e outro para a duração da garantia dos produtos que vier a ser exigida, como no exemplo abaixo.

*1 - O prazo de vigência do contrato relativo ao fornecimento dos bens será de **XX (XX) meses**, contado da data indicada no Termo de Autorização de Início de Fornecimento (**e Instalação**), a ser emitido pela(o) _____ (____).*

*2 - O prazo de vigência do contrato relativo à **garantia on site e suporte técnico** dos produtos será de _____ (____), contado do recebimento definitivo do objeto.*

*3 - O prazo de vigência do contrato relativo à **garantia e suporte técnico** poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.*

10 - Inclusão do trecho “**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**” na designação dos tópicos **FORMA DE ENTREGA, **INSTALAÇÃO / MONTAGEM** E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO** e **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO** dos modelos de Termo de Referência que tratam da aquisição de bens e de execução de serviços, respectivamente.

11 – Alteração da forma de designação do tópico **GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO** para **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** em todos os modelos de Termo de Referência;

12 – Substituição da expressão **VISITA TÉCNICA** por **VISTORIA PRÉVIA** nos modelos de Termo de Referência;

13 – Substituição do nome da Coordenadoria citada no Anexo D dos modelos de Termo de Referência, em razão da extinção da **Coordenadoria Setorial de Pesquisa de Preços (CPP)**;

14 – Inclusão da coluna **CLASSE DE MATERIAL (ref. PDM DO SICAF)** e **CLASSE DE SERVIÇO NO SICAF** nos quadros que integram o item 1.2 dos modelos de Termo de Referência para **Aquisição - Fornecimento contínuo (DISPENSA ELETRÔNICA)** e **Serviço sem mão de obra dedicada (DISPENSA ELETRÔNICA)**, respectivamente, e a nota explicativa abaixo, para que seja possível evitar o fracionamento da despesa:

Nota explicativa:

Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/21, deverão ser observados, conforme dispõe o § 1º do art. 4º da IN SEGES-ME Nº 67/2021:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), vinculada: (Redação dada pela IN Seges/MGI n.º 8 de 2023).

I - à classe de materiais, utilizando o Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Governo federal; ou

II - à descrição dos serviços ou das obras, constante do Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo federal." (NR)

15 – Segmentação do item que abordava os prazos de vigência do Contrato e da Ata de Registro de Preços nos modelos que abordam esse formato de contratação, de modo a tornar mais claras as condições pertinentes a cada um desses artefatos (itens 6 e 7 do modelo de Aquisição-Fornecimento Contínuo (inclusive SRP), por exemplo).

16 – Inserção da palavra “fundamentação” no item dos modelos de Termo de Referência que faz menção ao detalhamento contido nos Estudos Técnicos Preliminares:

A justificativa, fundamentação e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares realizados pelo TCE-RJ.

17 – Supressão do item que trata da exigência de carta de solidariedade e de catálogo de operação no modelo de Termo de Referência de serviços de engenharia.

18 - Supressão do item que trata da exigência de carta de solidariedade e do item destacado abaixo no modelo de Termo de Referência de serviços com dedicação de mão de obra, inclusive no que aborda o Sistema de Registro de Preços.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

19 - Supressão do item que trata da exigência de carta de solidariedade no modelo de Termo de Referência de SRP - Serviços sem Mão de Obra Residente.

20 – Atualização das indicações do sistema de cores utilizados nesses documentos, com a especificação das diferenças entre as cláusulas que constam nas cores azul, vermelha e verde:

Sistema de Cores: Para facilitar o ajuste deste modelo ao tipo de contratação, algumas cláusulas foram destacadas com cores distintas, devendo ser removidas ou mantidas em cada caso da seguinte forma:

a) *As cláusulas facultativas ou para preenchimento estão em vermelho, devendo ser consideradas individualmente, e excluídas ou alteradas sempre que necessário.*

b) *Os trechos destacados em verde também apresentam as alternativas do formato de contratação ou execução contemplados neste modelo de TR.*

c) *Os trechos em fonte azul aplicam-se somente aos casos de Registro de Preços, e deverão ser deletados em casos de contratações com entrega integral imediata, ainda que parcelada (este apenas nos modelos de SRP).*

21 - Exclusão da previsão de prorrogação automática do contrato nos itens que tratam do prazo de vigência do ajuste nos modelos de Termo de Referência:

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

22 – Acréscimo da nota explicativa nos itens que tratam da previsão de prorrogação automática dos contratos nos modelos de Termo de Referência para a execução de serviços, indicando que ela será aplicável apenas aos contratos por escopo.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento (somente nos casos de serviço por escopo).

23 – Foram feitas as adaptações adicionais nos itens que abordam a possibilidade de apresentação de amostras ou provas de conceito nos modelos de Termo de Referência, em razão do teor da recente **SÚMULA TCE-RJ Nº 16, de 14 de setembro de 2023.**